

INDEXAÇÃO DE NOMES GEOGRÁFICOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA CRIAÇÃO DE UM PADRÃO PARA O SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UFRGS

***Édina Maria Gomes da Cunha Pureza¹, Elisa Alves de Oliveira²,
Inês Maria De Gasperin³, Magda Helena Behrmann⁴, Miriam Velci
Fernandes⁵, Renata Cristina Grun⁶, Vanessa Inácio de Souza⁷***

¹Bibliotecária Especialista, Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS

²Bibliotecária Especialista, Instituto de Biociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS

³Bibliotecária Especialista, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS

⁴Bibliotecária, Instituto de Química da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS

⁵Bibliotecária Colaboradora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS

⁶Bibliotecária Especialista, Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS

⁷Bibliotecária Especialista, Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS

Resumo

Relata a experiência da elaboração do documento *Entradas de Nomes Geográficos como Assunto: Padrão para o Sistema de Automação de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SABIBU/UFRGS)*. Apresenta as principais etapas do processo de criação desse Padrão, partindo do diagnóstico da situação do catálogo de assuntos geográficos e do estudo e adaptação da publicação do IBGE às necessidades do Sistema de Bibliotecas da UFRGS. Descreve a forma de implementação do Padrão junto aos bibliotecários do Sistema, através de treinamentos e monitoramento dos descritores. Expõe as principais definições referentes à terminologia de nomes geográficos e as divisões do Padrão em Regras Gerais, Nomes Geográficos com Categoria Administrativa, Nomes Geográficos sem Categoria Administrativa e Acidentes Topográficos Artificiais. Finaliza com as considerações referentes à importância da padronização de entradas de assunto no desenvolvimento de uma política de indexação, visando à eficiência e eficácia do trabalho do bibliotecário indexador e a qualidade na recuperação da informação.

Palavras-chave:

Nomes geográficos; Política de indexação; Indexação (Biblioteconomia); Padronização de entradas de assunto.

Abstract

Describes the elaboration process of a document for geographical names standardization called Entradas de Nomes Geográficos como Assunto: Padrão para o Sistema de Automação de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SABi/UFRGS). Presents the main steps of the Standard elaboration process since the diagnosis of the catalog's situation till the study and creation of a new document based on IBGE Rules. Describes the Standard implementation at UFRGS Library System, through training librarians and monitoring descriptors. Issue the main definitions about geographical names terminology and explains the structure of the Standard which includes General Rules, Administrative Divisions, Natural Features and Artificial Features. Concludes with considerations regarding the importance of standardization of geographical names subject entries for the development of an indexing policy and for the librarian work, aiming at efficiency and effectiveness in the information retrieval.

Keywords:

Geographical names; Indexing policy; Indexing; Subject entries standardization.

1 Introdução

A quantidade de informações gerenciadas nas bibliotecas universitárias exige o desenvolvimento de técnicas eficientes que qualifiquem a recuperação da informação. Neste sentido, o processo de indexação deve ser consolidado através de ferramentas que atendam esta necessidade e promovam maior consistência em catálogos automatizados.

No catálogo *online* do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SBUFRGS), um dos principais problemas encontrados é a inconsistência das entradas de assuntos. Isto ocorre por diversos fatores, entre os quais, a descentralização do processamento técnico e a falta de uma política de indexação unificada.

Neste contexto, o Grupo de Estudos em Indexação (GEI¹), na época formado por sete bibliotecários do quadro funcional da UFRGS, identificou como prioridade a elaboração da Política de Indexação para o SBUFRGS detendo-se primeiramente no estudo de entradas de nomes geográficos como assunto.

Deste estudo, resultou o documento *Entradas de Nomes Geográficos como Assunto: Padrão para o Sistema de Automação de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SABi/UFRGS)*, que passou a nortear a indexação de nomes geográficos.

O objetivo deste trabalho é apresentar o Padrão, seu processo de criação e a implementação no SBUFRGS.

¹ Contato: gei.ufrgs@gmail.com

2 Contextualização

O SBUFRGS é composto pela Biblioteca Central, 29 bibliotecas setoriais especializadas, uma biblioteca de ensino fundamental e médio e uma biblioteca depositária da documentação da Organização das Nações Unidas (ONU). Estas bibliotecas estão vinculadas administrativamente às unidades de ensino e tecnicamente à Biblioteca Central. De acordo com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2011?):

A função primordial da biblioteca universitária é prover infraestrutura bibliográfica, documentária e informacional para apoiar as atividades da Universidade, centrando seus objetivos nas necessidades informacionais do indivíduo, membro da comunidade universitária.

Buscando alcançar estes objetivos, teve início, no final da década de 80, o processo de automação no SBUFRGS, originando o catálogo *Sistema de Automação de Bibliotecas (SABi)*. Na década de 90, os registros passaram a ser cooperativados numa única base de dados. Em 2000, com a migração do SABi para o *software ALEPH*, foram implantados campos específicos como o campo para Entrada de Nomes Geográficos como Assunto.

A utilização desse *software* e a unificação dos catálogos das bibliotecas aumentaram a quantidade de registros cooperativados no sistema, tornando visível a inconsistência das entradas de assunto no SABi. Esta constatação deu início ao processo de criação de uma ferramenta que auxiliasse na padronização dessas entradas.

3 Processo de Criação

Com este panorama, e dentro das possibilidades do GEI, foi priorizada a padronização das entradas de nomes geográficos. A relevância desse trabalho pode ser comprovada pela definição a seguir:

Os nomes geográficos são uma expressão viva da interação entre o homem e o meio ambiente. Desta forma quando um lugar ou um elemento geográfico adquire uma significação determinada para o homem, surge a necessidade de identificá-los. Esta identificação só gera uma informação precisa quando seguida de uma padronização. (MAROUN e NEVES, 1996, p. 7)

Definida a prioridade, inicialmente foi realizado um diagnóstico da situação das entradas de nomes geográficos como assunto no SABi. Para tanto, foi emitida uma lista com os descritores incluídos no Catálogo de Autoridades, no período de 2001 a 2005, perfazendo um total de 3.300 entradas.

Estas entradas foram analisadas à luz da publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): *Nomes Geográficos: normas para indexação*, aqui nomeada Norma do IBGE². Nesta análise foi constatado um alto índice de nomes geográficos incluídos no SABI sem a padronização determinada por esta norma, que, até então, era o único documento utilizado pelos indexadores. Também foi constatado que em muitos casos a Norma do IBGE não contemplava todas as especificidades dos nomes geográficos incluídos neste catálogo.

Esta constatação foi o impulso para que o GEI iniciasse o estudo da *Norma do IBGE*, com objetivo de adequá-la às demandas do SBUFRGS. Dessa forma, ficou clara a necessidade da elaboração de um novo documento que padronizasse as entradas de nomes geográficos no SABI. Com isso foi elaborado o documento *Entradas de Nomes Geográficos como Assunto: Padrão para o Sistema de Automação de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SABI/UFRGS)*, aqui denominado Padrão³.

A Norma do IBGE foi revisada, complementada e adaptada para atender aos objetivos propostos. De maneira geral, as regras dessa norma não foram modificadas, mas desdobradas e acrescidas dos itens peculiares ao SBUFRGS. Manteve-se um nível de especificidade maior para os nomes geográficos brasileiros e um nível mais genérico para os nomes estrangeiros. Entretanto, atendendo às características dos documentos produzidos na Universidade e dos adquiridos pelo Sistema de Bibliotecas, os nomes geográficos do Estado do Rio Grande do Sul são apresentados com um nível de detalhamento maior que os nomes geográficos dos demais estados, como por exemplo, as regiões do Rio Grande do Sul.

A estrutura básica da Norma do IBGE sofreu uma reordenação para que novos conceitos pudessem ser incluídos e facilmente identificados. Dessa forma, as regras que naquele documento são distribuídas em três divisões foram acrescidas da divisão *Acidentes Topográficos Artificiais*, e estão assim denominadas:

- a) Regras Gerais;
- b) Nomes Geográficos com Categoria Administrativa;
- c) Nomes Geográficos sem Categoria Administrativa;
- d) Acidentes Topográficos Artificiais.

Na elaboração do documento, foram necessárias reuniões com bibliotecários, professores da Universidade e especialistas do IBGE para elucidar dúvidas que se apresentavam naquele momento na definição das regras do Padrão. Também é

² MAROUN, Maria Célia dos Santos; NEVES, Maria de Lourdes Therezinha Pacheco. **Nomes geográficos: normas para indexação**. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. (Documentos para disseminação. Fontes de documentação, 2).

³ KAUTZMANN, Carolina et.al. **Entradas de Nomes Geográficos como Assunto: Padrão para o Sistema de Automação de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SABI/UFRGS)**. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 52 f.

importante ressaltar a utilização do Glossário da ONU⁴ como fonte no esclarecimento da terminologia e na definição de nomes geográficos em língua estrangeira.

A aplicabilidade do Padrão foi sendo avaliada concomitantemente a sua elaboração, através de revisões e correções de entradas já existentes na base de autoridades.

Ao final do documento foram acrescentados:

- a) Glossário;
- b) Anexo com nomes de regiões geográficas específicas do Rio Grande do Sul;
- c) Índice remissivo de assuntos.

Em 2007 foi concluída a primeira edição do Padrão.

4 O Padrão

Neste capítulo são apresentadas algumas das principais definições e as divisões do Padrão.

4.1 Definições

A Norma do IBGE e o Glossário da ONU foram as fontes utilizadas para as seguintes definições:

- a) **Normalização:** Estabelecimento, por uma autoridade competente, de um conjunto específico de normas para uma atividade determinada, como por exemplo, para dar uniformidade aos topônimos. Adaptação dos topônimos a tais normas.
- b) **Padronização:** Conjunto de atividades sistemáticas para estabelecer e utilizar padrões, avaliar seu cumprimento e resultados decorrentes de sua aplicação.
- c) **Nome geográfico:** nome próprio dado a um acidente geográfico sobre a superfície da terra. O mesmo que *topônimo* e *acidente topográfico*.
Ex.: Rio Gravataí
Cordilheira dos Andes
Ilha de Santa Catarina

⁴ UNITED NATIONS GROUP OF EXPERTS ON GEOGRAPHICAL NAMES. **Glossary of terms for the standardization of geographical names**. New York: United Nations, 2002. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/geoinfo/ungegn/docs/glossary.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2012.

d) Nome próprio: palavra que se aplica a uma pessoa ou coisa para diferenciá-la de outra de sua mesma classe.

Ex.: Brasil
Gramado
Rio Amazonas

e) Termo genérico: nome comum que descreve um acidente topográfico em função de suas características e não por seu nome.

Ex.: Montanha
Rio
Edifício

f) Designação genérica: parte de um topônimo formado por um termo genérico.

Ex.: *Rio Amazonas*
Cordilheira dos Andes
Ilha de Santa Catarina

g) Elemento genérico falso: Elemento genérico que não indica a classe de acidente do topônimo.

Ex.: *Morro Reuter*
Monte Negro
Rio de Janeiro
Porto Alegre

Todos os exemplos são lugares povoados e não um morro, um monte, um rio ou um porto respectivamente.

h) Entrada básica: entrada padronizada de um nome geográfico que não pode ser alterada.

Ex.:

Nome próprio	Entrada básica	Área associada
Bacia do Rio Amazonas	Amazonas, Rio	Amazonas, Rio, Bacia
Região Metropolitana de Porto Alegre	Porto Alegre (RS)	Porto Alegre, Região Metropolitana de (RS)

A entrada básica é feita pelo nome específico, que reúne nos catálogos e índices todos os trabalhos com o mesmo nome próprio. A ela são acrescentados aspectos mais específicos que vão caracterizar o assunto que se pretende indicar.

Ex.:

Nome próprio	Entrada padronizada no índice
[Estado do] <i>Amazonas</i>	Amazonas
Bacia [sedimentar] do <i>Amazonas</i>	Amazonas, Bacia
Edifício <i>Amazonas</i>	Amazonas, Edifício (Porto Alegre, RS)
Rio <i>Amazonas</i>	Amazonas, Rio
Bacia do Rio <i>Amazonas</i>	Amazonas, Rio, Bacia
Região do Rio <i>Amazonas</i>	Amazonas, Rio, Região

- i) Qualificador geográfico:** qualificador geográfico é um nome geográfico e/ou um termo explicativo acrescentado entre parênteses que determina o lugar maior onde se localiza o nome indicado ou o distingue de outro de igual designação.

Ex.: Buenos Aires (Argentina)
Buenos Aires (PE)
São Paulo (SP)
São Paulo (Estado)
Pompéia (Cidade extinta)

4.2 Divisões do Padrão

A seguir serão abordados os principais tópicos das quatro divisões do Padrão:

- a) Regras Gerais:** as regras gerais incluem definições que se aplicam a todo padrão. São elas: pontuação, qualificador geográfico, grafia, categoria administrativa como parte integrante do nome de um topônimo e nomes geográficos como adjetivos que indicam direções ou partes;
- b) Nomes Geográficos com Categoria Administrativa:** os nomes geográficos com categoria administrativa representam unidades administrativas como países, estados, províncias, condados, distritos, municípios, vilas, bairros, regiões e áreas associadas a estes lugares etc. Nesta divisão do Padrão são tratadas as regras aplicáveis aos topônimos brasileiros, estrangeiros e as regiões associadas a estes topônimos;
- c) Nomes Geográficos sem Categoria Administrativa:** os nomes geográficos sem categoria administrativa representam as entidades fisiográficas naturais, bem como os nomes de regiões baseadas nestas entidades. Nesta divisão do Padrão são tratadas as regras aplicáveis a rios, regiões de acidentes topográficos, ilhas, áreas de folhas topográficas, bacias sedimentares, cidades extintas, cidades da antiguidade e sítios arqueológicos;

d) Acidentes Topográficos Artificiais: os acidentes topográficos artificiais representam as construções e os lugares criados pelo homem. Nesta divisão do Padrão são tratadas as regras aplicáveis a portos e aeroportos, cemitérios, ginásio de esportes, conjuntos residenciais, condomínios, palácios, pontes, viadutos, barragens, represas, edifícios, museus, bibliotecas, monumentos, túneis, canais, ruas, avenidas, estradas, rodovias e ferrovias e outras construções; parques, praças, reservas, assentamentos, reservas indígenas, comunidades quilombolas entre outros lugares.

5 Processo de Implementação

Após a conclusão do Padrão foi iniciada sua implementação através de um treinamento ministrado pelo GEI, com carga horária de sete horas. Na ocasião, participaram 40 bibliotecários indexadores representando todas as bibliotecas do sistema. Este treinamento teve por objetivo a apresentação do Padrão como ferramenta obrigatória para a definição de entradas de nomes geográficos como assunto. Nessa oportunidade, os bibliotecários puderam esclarecer dúvidas e ampliar seus conhecimentos referentes à padronização dos descritores de nomes geográficos.

A etapa seguinte da implementação ocorreu com a emissão de listas com os descritores geográficos de cada biblioteca. Estas listas foram analisadas pelo GEI, à luz do Padrão, com a finalidade de identificar inconsistências nos descritores. Após, as listas com os descritores inconsistentes foram enviadas às bibliotecas com as instruções para as devidas correções.

Com o treinamento e a correção das primeiras listas enviadas às bibliotecas, ficou constatada a necessidade de revisão e atualização do documento, surgindo, assim, em 2009, a segunda edição do Padrão que está disponível *online* apenas para os bibliotecários da UFRGS. A partir de então, este processo de emissão de listas e avaliação é realizado periodicamente.

O uso do Padrão para a correção e criação de novos descritores contribuiu para a diminuição das inconsistências no catálogo.

6 Considerações Finais

A decisão do GEI de iniciar a política de indexação pelo campo geográfico foi pertinente na medida em que a quantidade de descritores era limitada. Isto tornava o trabalho possível de ser realizado, visto que o número de bibliotecários era reduzido para a dimensão da tarefa. O fato de o grupo ser composto, em sua maioria, por bibliotecários das áreas com significativo uso do campo de assunto geográfico foi importante para essa decisão.

A implantação do Padrão no SBUFRGS resultou na racionalização do fazer diário do bibliotecário, tornando o processo de indexação mais eficaz e eficiente, possibilitando assim maior precisão na recuperação da informação.

No entanto, para manter a excelência deste trabalho são necessários treinamentos periódicos com o objetivo de capacitar, orientar e esclarecer dúvidas dos bibliotecários. Até o momento, foram realizados dois treinamentos e estão previstos outros conforme a demanda do SBUFRGS.

O GEI também apresentou o Padrão em aulas do curso de Biblioteconomia da UFRGS, o que possibilitou a divulgação do trabalho junto aos futuros profissionais da área.

O Padrão foi o primeiro produto gerado com o objetivo de estabelecer uma política de indexação única para o SBUFRGS, ponto de partida para um extenso trabalho que se seguirá, de padronização de todas as entradas de assunto do SAbi. Esse documento não é definitivo. O trabalho de consistência das entradas de nomes geográficos é um processo contínuo e o Padrão será atualizado sempre que houver necessidade.

No momento, o Padrão está sendo revisado e atualizado com vistas a uma terceira edição.

7 Referências

KAUTZMANN, Carolina et.al. **Entradas de Nomes Geográficos como Assunto:** Padrão para o Sistema de Automação de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SAbi/UFRGS). 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 52 f.

MAROUN, Maria Célia dos Santos; NEVES, Maria de Lourdes Therezinha Pacheco. **Nomes geográficos:** normas para indexação. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. (Documentos para disseminação. Fontes de documentação, 2).

UNITED NATIONS GROUP OF EXPERTS ON GEOGRAPHICAL NAMES. **Glossary of terms for the standardization of geographical names.** New York: United Nations, 2002. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/geoinfo/ungegn/docs/glossary.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Biblioteca Central. **Serviços.** [2011?]. Disponível em: <<http://www.biblioteca.ufrgs.br/servicos.htm>>. Acesso em: 26 abr. 2012.